

## ENTRE O CRISTÃO RAMIRO II E O MOURO ALBOAZER ALBOÇADAM: UMA INTERPRETAÇÃO DA “LENDA DE GAIA” À LUZ DAS VIRTUDES DA CAVALARIA MEDIEVAL

Natália Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>  
Universidade Nova de Lisboa  
Centro Universitário Una

**Resumo:** As narrativas literárias dos denominados *Livros de linhagem* da nobreza portuguesa, mesmo que breves, constituem importante fonte de pesquisa sobre a Idade Média na Península Ibérica. Para além dos registros nobiliários, a sua leitura e interpretação historiográfica possibilita, ao historiador, alcançar a vivência da nobreza portuguesa e espanhola no período medieval e identificar os seus valores, as suas identidades, os seus imaginários, os seus mitos. Neste contexto, a interpretação da “Lenda de Gaia”, contada no título XXI do Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro, possibilitou desvendar, a partir do imaginário que envolve a união entre o rei Ramiro II de Leão e a moura Artiga, não só as origens de importantes linhagens nobiliárias da Península Ibérica, à luz da mistura dos sangues cristão e muçulmano, mas, sobretudo, como os ideais da cavalaria, tão marcantes no período medieval, ultrapassam a nobreza cristã e se mostraram presentes também na figura do nobre islâmico.

**Palavras-chave:** Livros de linhagem – Lenda de Gaia – virtudes da cavalaria.

### BETWEEN THE CHRISTIAN RAMIRO II AND THE MOOR ALBOAZER ALBOÇADAM: AN INTERPRETATION OF THE "LEGEND OF GAIA" IN THE LIGHT OF THE VIRTUES OF MEDIEVAL CHIVALRY

**Abstract:** The literary narratives of the so-called Books of lineage of the Portuguese nobility, even if brief, are important sources of research on the Middle Ages in the Iberian Peninsula. In addition to the nobility registers, its historiographical reading and interpretation enables the historian to reach the experience of the Portuguese and Spanish nobility in the medieval period and to identify their values, their identities, their imaginaries, their myths. In this context, the interpretation of the Legend of Gaia, counted in the title XXI of the Book of Lineage of Count Dom Pedro, made it possible to uncover, from the imaginary that involves the union between the king Ramiro II of Leon and the Moor Artiga, not only the origins of important lineages of nobility in the Iberian Peninsula, in the light of the mixture of Christian and Muslim blood, but above all, as the ideals of chivalry, so remarkable in the medieval period, surpassed the Christian nobility and were also present in the figure of the Islamic nobleman.

**Keywords:** Books of lineage – Legend of Gaia – virtues of the chivalry.

### A interpretação das narrativas literárias nos livros de linhagem como fonte historiográfica do cotidiano medieval

Decifrar um documento histórico, a fonte propriamente dita, viabiliza o acesso a uma “memória escrita, grande necessidade da humanidade que não quer desaparecer; esse movimento leva os homens vivos ao historiador e o historiador os impede de morrer”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> E-mail: nataliastroliveira@gmail.com.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. **Em busca da idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 38.

Na perspectiva atual, a pesquisa histórica não se limita aos documentos oficiais, já que supera o paradigma do historicismo e alcança uma forma de se “fazer história” pela problematização, pela intensa coleta de “provas”, de vestígios, de artefatos, de construções artísticas, literárias, enfim, pela procura, nas entrelinhas das fontes, do significado da vida do homem no passado. Coleta-se fontes, nas palavras de José Mattoso, na:

paisagem, nos monumentos, nas iluminuras, nos jogos, nos contos, no imaginário colectivo, nas técnicas artesanais, nos pelourinhos, nos barcos de pesca, na terminologia das formas de tratamento pessoal, na paginação dos livros, nos brinquedos, na moda, enfim, em tudo.<sup>3</sup>

Os historiadores, durante séculos, tiveram uma necessidade de se “apegar” ao passado real, desconstruindo o imaginário como fonte historiográfica ou mesmo tentando, por meio de métodos científicos próprios do historicismo, “conferir realidade” a esse mesmo imaginário. Como esclarece o historiador português José Mattoso:

É verdade que os nossos historiadores proclamaram como ideal reconstituir o passado *real*, desmascarando o que pudesse haver de imaginário nas interpretações dos seus predecessores. Mas a inconsistente ou deliberada tendência para colocar a História ao serviço da causa nacional levou-os com a maior frequência esquecer a narrativa do passado, como a história de um ente existente *de per si* – a nação –, ocultava, sobretudo no passado longínquo, os discursos contraditórios de que essa mesma narrativa havia, muitas vezes, nascido. [...]  
Tornar o *imaginário* não só verossímil mas também *real*, pelos métodos seguros, científicos, escrupulosos, do positivismo e da erudição mais exigentes – eis o grande empenhamento, o persistente esforço de muitos dos nossos mais veneráveis historiadores nacionais, desde a época romântica até aos que ensinaram nas academias e universidades nos anos 40 a 60, e cujos propósitos foram seguidos por não poucos vulgarizadores de efectivo mérito científico até aos dias de hoje.<sup>4</sup>

Entretanto, a própria evolução na diversificação e no manejo das fontes, advinda de uma nova forma de se “construir” a história, permitiu que as narrativas, mesmo aquelas um tanto imaginárias, adquirissem uma importância pela própria

---

<sup>3</sup> MATTOSO, José. A escrita da história. **Obras completas**. v. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 11-22. p. 15.

<sup>4</sup> \_\_\_. As três faces de Afonso Henriques. **Publicações Penélope**. Fazer e desfazer a história. n. 8. Lisboa: Cosmos, 1992. p. 26.

forma como se apresentam, tendo em vista que, a partir de sua interpretação, é possível alcançar diversas características reais do passado que se investiga. Afinal, na esteira de Eric Hobsbawm, o passado é

“uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”.<sup>5</sup>

Nesse contexto, apresentam-se os livros de linhagem portugueses,<sup>6</sup> não só como fontes das genealogias nobiliárquicas ibéricas, mas, também, como breves narrativas literárias dos feitos de alguns de seus personagens. Desta forma, para além dos registros nobiliários, a sua leitura e interpretação historiográfica possibilita, ao historiador, o alcance da vivência da nobreza portuguesa e espanhola no período medieval, identificar os seus valores, as suas identidades, os seus imaginários, os seus mitos.

São diversas as histórias contadas, que, na maioria das vezes, apresentam-se como sagas de cavaleiros, reis, rainhas, as ligações entre as mais diversas famílias nobres e a formação das suas descendências. Por este perfil, os livros de

---

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 25.

<sup>6</sup> São três os livros de linhagem: o *Livro Velho* (compilado entre os anos 1282-1290 ou 1286-1290), o *Livro de Deão* (1343) e o *Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro*. Eles foram compilados entre os séculos XIII e XIV. O segundo e o terceiro foram escritos no século XIV, no período do reinado de Dom Afonso IV, enquanto o *Livro Velho* ainda data do século XIII. O autor do *Livro Velho*, de que se conserva apenas um fragmento, estava “muito ligado aos meios monásticos”, pois, conforme José Mattoso, há muitas referências à palavra “monjas”. Foi escrito para Martim Gil de Riba de Vizela. PIEL, Joseph; MATTOSO, José (Ed.). *Livros velhos de linhagem*. Lisboa: 1980. p. 14. Neste sentido, apesar de se saber quando foi o período em que o *Livro Velho* foi escrito, não se sabe quem foi, com certeza, o seu autor, mas, se supõe que teria sido um membro de um monastério. Já o *Livro de Deão* era a “primeira parte do manuscrito de Miguel Godinho de Castelo Branco”, que diz “ter sido escrito por Martim Anes para um deão, cujo nome não se menciona, no ano de 1343”. (PIEL, J.; MATTOSO, J. Op. Cit., p. 15), apesar de poder ter sido escrito um pouco antes dessa época, por volta de 1337. O compilador do *Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro* foi o Conde Pedro Afonso de Barcelos, filho bastardo de Dom Dinis, e o mais provável é que tenha sido compilado entre os anos de 1325 e 1340 (“recolha de materiais e primeira redação) e entre 1340 e 1344 (segunda redação, que deu origem à versão hoje conhecida), embora, como ensina José D’Assunção Barros, “o texto que nos chegou foi ampliado por uma refundição entre 1360 e 1365 e por outra entre 1380 e 1383”. BARROS, José D’Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, n. 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 25 mar 2017. As consequências dessa diferente autoria nos textos e nas histórias que nos são narradas acabam por ocasionar diferentes visões e interpretações da vida dos nobres, por suas peculiaridades e percepções. Outra questão importante é que, no caso do *Livro Velho* e do *Livro de Deão*, por somente restarem fragmentos, muitas são as lacunas históricas e dos dados notariais e genealógicos daquelas linhagens.

linhagem são fontes híbridas da história medieval portuguesa, trabalhando, ao mesmo tempo, com as genealogias e com narrativas literárias, que ilustravam a vida de alguns dos indivíduos que pertenciam a uma determinada linhagem. O manejo com essas fontes permite ao historiador “alcançar” esse ambiente e seu *modus vivendi*, construído, sobretudo, a partir das uniões nobiliárias e do parentesco de sangue. Assim, mesmo que não possam ser considerados, em sua totalidade, autênticas e reais, as narrativas ajudam na compreensão das mentalidades do medievo ibérico, como elucida José Assunção Barros:

A História Cultural e Literária da Idade Média conheceu, no decurso de seu desenvolvimento, alguns gêneros híbridos – aqui entendidos como aqueles gêneros literários que intermesclam ou entremeiam distintos padrões formais, dois ou mais modos de apresentação do texto, materiais e conteúdos francamente diversos ou estilos textuais bem diferenciados. Talvez o mais relevante exemplo de gênero e forma híbrida da literatura medieval ibérica esteja exemplificado com os chamados livros de linhagens, gênero textual que de saída alterna a forma genealógica e a forma narrativa, e que, além disto, encaminha através da sua parte narrativa conteúdos tão diversos como os relatos míticos, os registros com pretensão histórica, as anedotas, os episódios de memória familiar, os *exempla* e os textos de cunho moral.<sup>7</sup>

Percebe-se, entretanto, que nem todos os títulos apresentam tais narrativas com mais ênfase, já que muitos deles destacam-se quase que pela descrição da genealogia nobiliária de que cuidam. São os Maias, Souza, Gonçalves, Bizcaia, Castro, dentre inúmeros outros apelidos, alcunhas, nomes de família, topônimos, contidos, por exemplo, no extenso índice do Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro. Esse detalhe, por si só, permite extrair um importante significado daqueles títulos que se destacam também pelas sagas descritas, que permeiam as construções genealógicas. Afinal, por que alguns títulos se destacam por suas belas narrativas literárias sobre as genealogias de que tratam e outros não? A que devem a existência dessas narrativas, que se entrelaçam às árvores genealógicas trabalhadas?

---

<sup>7</sup> BARROS, José D’Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, n. 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 10 mar 2017.

A resposta parece se aproximar da importância que determinadas uniões e genealogias apresentam em relação, sobretudo, a sua descendência, a determinadas famílias que, a despeito de todas serem nobres, ganharam maior relevo na história medieval que outras. Aliás, conforme Georges Duby, as narrativas constituem-se numa relevante “reserva de material para o estudo das mentalidades e das ideologias, pelo que interessa examinar a influência do que é lembrado e, sobretudo, do que é esquecido na representação de um determinado acontecimento.”<sup>8</sup>

Daí merecerem uma leitura mais profunda, por parte daqueles que se dispuseram contar as suas histórias, mesmo que nem sempre inteiramente reais, diante, não só das reedições dos livros de linhagem,<sup>9</sup> mas, também, pela própria característica um tanto imaginária da história medieval, mas que a torna rica e emblemática, como ensina Jacques Le Goff:

O imaginário transborda o território da representação e é levado adiante pela fantasia, no sentido forte da palavra. O imaginário constrói e alimenta lendas e mitos. Podemos defini-lo como o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que transforma a realidade em visões ardentes do intelecto.<sup>10</sup>

Por outro lado, ainda que envolvidas num imaginário típico da história medieval,<sup>11</sup> não se pode deixar de refletir sobre as narrativas dos livros de

---

<sup>8</sup> DUBY, Georges. O historiador hoje. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986. p. 9-10.

<sup>9</sup> No que concerne ao *Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro*, a inexatidão das suas edições estimulou José Mattoso a lançar uma edição crítica, o mais completa e segura possível, acessível aos leitores, historiadores e pesquisadores, pois, conforme o referido historiador, “apesar de ser, portanto, obra tão fundamental, não existe dela nenhuma edição correcta, muito menos uma edição crítica. A de Lavanha transcreve os passos narrativos, mas reordena a material genealógica interpretando-a, por vezes de maneira discutível. Alexandre Herculano transcreveu nos *Portugaliae Monumenta Historica* o fragmento da Ajuda e a cópia da Torre do Tombo, mas não fez qualquer tentativa para tornar mais claro o compacto texto medieval nem para corrigir os seus numerosos e evidentes erros, lacunas e confusões”. MATTOSO, José. **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980. p. 7.

<sup>10</sup> LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 12.

<sup>11</sup> Importante esclarecer que, mesmo muitas narrativas tendo sido construídas no contexto do imaginário, este não é, na leitura dos textos medievais, sinônimo de “imaginação”, como explica Jacques Le Goff: “A história do imaginário não é uma história da imaginação no sentido tradicional, trata-se de uma história da criação e do uso das imagens que fazem uma sociedade agir e pensar, visto que resultam da mentalidade, da sensibilidade e da cultura que as impregnam e as animam. Essa história tornou-se possível há algumas décadas a partir da nova utilização das imagens pelos

linhagem portuguesas à luz também de um certo caráter etnológico que apresentam, uma vez que, para além de contar os episódios, têm, em personagens específicos, o seu olhar mais aprofundado. A utilização da etnologia na interpretação das fontes históricas ganhou relevo a partir da “Escola dos Annales”<sup>12</sup> (mas, não só com ela), e destaca a possibilidade de se trabalhar com as “personagens” do cotidiano, lançando mão de se investigar o quão o período medieval era dotado de profunda diversidade cultural. Essa forma de “coleta” de dados, fontes, vestígios só faz aumentar a familiaridade com a alteridade da Idade Média.

Portanto, a partir da interpretação das narrativas literárias dos livros de linhagem portuguesas, é possível, por exemplo, evidenciar características típicas da nobreza medieval, seja ela cristã ou muçulmana, como as relações de fidelidade, a vassalagem, o direito consuetudinário, a lógica fiduciária do vínculo com a terra, e, de forma bem perceptível, a valorização da cavalaria.

O cavaleiro foi um personagem medieval típico da nobreza,<sup>13</sup> e, apesar de ser ela “plural” e, portanto, possuir características específicas de cada região,

---

historiadores.” LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 13-4.

<sup>12</sup> Movimento historiográfico que surge França, na segunda década do século XX, e teve, como “pais fundadores”, Marc Bloch e Lucien Febvre. Os Annales introduzem um novo método de interpretar e analisar os acontecimentos históricos, baseado na utilização de fontes outras, além daquelas utilizadas no historicismo, bem como apresenta a história como uma “história-problema”, aliando-a a outras áreas do conhecimento, como a Geografia (Fernand Braudel), a Antropologia e a Sociologia (Marc Bloch e Lucien Febvre), ou, ainda, a Literatura, Psicologia, à Filosofia, ao Direito e à Economia. A “Escola dos Annales” foi considerada revolucionária no modo de se construir/reconstruir um discurso histórico, sobretudo pelas novas formas de se pensar a história, já que a história puramente política era incapaz de atender às demandas explicativas sobre o mundo. Também de viés mais estruturalista, porém, os Annales preocupou-se com a chamada “história das mentalidades”.

<sup>13</sup> Importante esclarecer, entretanto, que os dois termos “nobreza” e “cavalaria” não são sinônimos, tendo, inclusive, existido cavaleiros que não eram nobres, mas, sim, “servos que foram feitos cavaleiros por seus mestres”, mesmo que temporária e de forma condicional, como explica Jean Flori: “Ela depende, de fato, de sua profissão militar e terá fim se eles não estiverem mais em condições de exercê-la ou se seus descendentes não forem investidos antes dos 25 ou 30 anos”. FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 121. O mesmo medievalista francês, sobre a relação entre nobreza e cavalaria, conclui: “Assim, ao longo de toda a Idade Média, nobreza e cavalaria entrelaçam seu destino. Jamais, entretanto, os dois termos foram sinônimos, nem seus conceitos equivalentes. A cavalaria viu pouco a pouco seu brilho aumentar, atraindo a nobreza que a dirige desde sempre, reivindicando sua filiação, seu controle, depois, em grande medida, sua exclusividade”. Op. Cit., p. 123.

apresentava valores que eram comuns à própria expressão *nobilis*<sup>14</sup> e as narrativas tinham, como objetivo principal, contar os feitos, as histórias de determinados nobres – não todos, como já foi explicitado, entrelaçados pelo sangue ou pelas relações de fidelidade.<sup>15</sup> Daí se extrai a importância dessas narrativas, misto de realidade e ficção, na (re)construção da memória medieval ibérica, tanto como fonte genealógica, tanto como fonte literária. Conforme José Assunção Barros:

As interferências narrativas podiam neste caso se apresentar com vários tamanhos e de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários menores sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos um pouco mais extensos como o que acabamos de ler, chegando por fim a narrativas de extensões consideráveis. Há narrativas que remetem a acontecimentos históricos ou a construções literárias de caráter lendário, mas há também anedotas depreciativas ou laudatórias, bem como *exempla* de diversos tipos – isto é, narrativas de teor didático-moralístico cuja função é impor um certo padrão comportamental ou moral através de situações que enaltecem ou punem este ou aquele modelo de comportamento representados pelos personagens da narrativa. Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Deste modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.<sup>16</sup>

Desse modo, tais livros traduzem-se num relevante legado cultural, histórico e literário da história ibérica, que revela o verdadeiro significado das suas

---

<sup>14</sup> “O substantivo *nobilitas*” quase não é encontrado antes do século XIII designando um grupo particular de homens. A palavra é ainda rara e designa uma virtude, a elevação da alma. O adjetivo *nobilis*, muito mais difundido, assume mais ou menos o mesmo significado e se aplica inicialmente aos personagens cujas qualidades morais têm unanimemente atraído a atenção e o respeito. É, portanto, antes de tudo a dignidade do comportamento de certos seres, homens e mulheres, que lhes vale o qualitativo de “nobre”. Ele é sinônimo de “notável”, “digno de admiração”, “célebre”, “reputado”, e destaca ao mesmo tempo a excelência moral e a notoriedade social decorrente. É empregado, ainda nesse sentido, nos séculos XI e XII, em latim e em francês antigo, a respeito de coisas muito mais que de seres vivos. Uma vila, uma fortaleza, um cavalo, uma roupa ou uma espada podem assim ser qualificados de ‘nobres’ para destacar sua opulência, sua invencibilidade, sua riqueza, sua beleza ou sua extrema qualidade. O mesmo acontece com os homens, dos quais o termo *nobilis* exprime o valor reconhecido. Dizer de um homem que ele é ‘originário de uma nobre família’ expressa principalmente a reputação que ela tem”. FLORI, Jean. Op. Cit., p. 115.

<sup>15</sup> Georges Duby explica que a primeira determinação ética entre os cavaleiros era justamente a fidelidade: “Primeiro, a fidelidade. Manter a palavra, não trair a fé jurada. Essa exigência era dosada segundo hierarquia estrita e rigorosa. O cavaleiro se situava no centro de vários círculos concêntricos, cuja coesão se devia à lealdade dele”. DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 118.

<sup>16</sup> BARROS, José D’Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, nº 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

narrativas. Conforme José Mattoso, “a História não é a realidade. A escrita não é senão um conjunto de palavras evocadoras de sons que pretendem lançar uma ponte entre o sujeito e a realidade [...]. Não podem tentar encerrá-la e nem dominá-la”.<sup>17</sup>

### **A origem de importantes linhagens da nobreza ibérica a partir da união entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica: a “Lenda de Gaia”, o rei Ramiro II e a moura Artiga**

Como exemplo daquelas narrativas literárias, destaca-se a denominada “Lenda de Gaia”,<sup>18</sup> que conta as “aventuras” decorrentes da união entre o rei Ramiro II, um cristão, e Artiga, a moura, irmã do rei muçulmano Alboazer Alboçadam,<sup>19</sup> este que traz, consigo, diversas virtudes da cavalaria medieval.

Entre realidade e imaginário, a saga contada na “Lenda de Gaia” demonstra a relevância do período de dominação islâmica na Península Ibérica e de como a mistura cultural, política e social dela decorrente foi relevante para a origem de várias linhagens da nobreza portuguesa e espanhola, bem como para a consagração de uma nobreza híbrida e fortalecida pela riqueza desse multiculturalismo.

Tem-se que os primeiros contatos entre a Europa cristã e os mouros, especialmente no território da Península Ibérica no século VIII,<sup>20</sup> deram-se por volta do ano 711, contatos estes que acabam por agravar a decadência do reino visigodo, já em crise. A partir desses primeiros contatos, que perduraram até a

---

<sup>17</sup> MATTOSO, José. A escrita da história. **Obras completas**. v. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 11-22. p. 22.

<sup>18</sup> A “Lenda de Gaia” foi contada, não só no Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro, como também no Livro Velho. Todavia, neste artigo, a versão interpretada foi a de dom Pedro de Barcelos.

<sup>19</sup> Em alguns trechos dos Livros de Linhagem do Conde Dom Pedro de Barcelos, *Alboazer* apresenta-se escrito “*Alboazar*”. Alboazer Alboçadam e Artiga eram “*filhos de dom Çadam Çada, bisneto de rei Aboali, o que conquereu a terra no tempo do rei Rodrigo*”. MATTOSO, José (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, s.d.. p. 204.

<sup>20</sup> Esses primeiros contatos tiveram início com a morte do Profeta Maomé e os conflitos decorrentes das divisões entre seus sucessores. A partir desses conflitos, os “abássidas que destronaram os omíadas em Damasco no ano de 750 reivindicavam de outra maneira a legitimidade do poder”, sendo “assim que massacraram os omíadas na residência da família em Rusafa e abandonaram Damasco” e foram se instalar no Iraque. O único sobrevivente do massacre foi Abd a-Rahman, que “tornou-se o primeiro dos omíadas em um lugar que era considerado um canto remoto da Europa, mas que veio a tornar seu verdadeiro centro nos vários séculos que se seguiram”. MENOCA, María Rosa. **O ornamento do mundo**. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 35.



total reconquista no século XIV,<sup>21</sup> estreitas e profundas relações foram construídas entre cristãos e muçulmanos, tendo os mouros, inclusive, feito parte de linhagens nobiliárias da região ibérica, tanto em Portugal quanto na Espanha, dadas as suas uniões com nobres cristãos. Isso porque os muçulmanos instalaram-se na região e formaram autênticos califados que, das suas relações políticas e sociais com os cristãos, surgiram algumas uniões em casamento e de sangue. Afinal, tanto os nobres cristãos quanto os nobres mouros faziam parte dessas relações de poder que se estabeleciam por meio de interesses muitas vezes comuns.

A riqueza cultural que se miscigena no período de dominação islâmica no território ibérico é uma das mais notáveis da Europa medieval, evidenciando mais um aspecto bastante rico da Idade Média. Não só conflitos e intolerância cultural e religiosa marcaram o período em que os mouros estiveram presentes em Portugal e Espanha, mas, também, houve períodos de convivência, de trocas e alianças políticas, como ensina a historiadora María Rosa Menocal:

Foi nesse capítulo da cultura europeia que judeus, cristãos e muçulmanos conviveram lado a lado, e, apesar de suas irreduzíveis diferenças e ancestrais hostilidades, alimentaram uma complexa cultura de tolerância. Não se pense que tais relações incluíam sempre as garantias de liberdades religiosas como hoje em dia se esperaria encontrar em um Estado moderno 'tolerante'; a tolerância se expressava na aceitação, com frequência inconsciente, de que as contradições - internas ao próprio indivíduo ou à própria cultura - podem ser positivas e produtivas. Muito do que caracterizou a cultura medieval estava profundamente imbricado no culto às complexidades, aos encantos e aos desafios das contradições - do 'sim e não', como disse Pedro Abelardo, o polêmico intelectual e teólogo cristão parisiense do século XII.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Conforme Diogo Ferreira e Paulo Dias, "a presença muçulmana na Península Ibérica, enquanto governantes, iniciou-se em 711, com o começo da conquista, e terminou em 1492, com a derrota do reino de Granada. Assim sendo, a distância temporal que nos separa da queda de Granada (524 anos) é inferior à distância que separava os primeiros conquistadores árabes dos senhores derrotados de Granada (781 anos)". FERREIRA, Diogo.; DIAS, Paulo. **História de Portugal**. Lisboa: Verso de capa, 2016. p. 20.

<sup>22</sup> MENCAL, María Rosa. **O ornamento do mundo**. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 26. A mesma historiadora tem uma passagem interessante em sua obra, que vale citar: "Em vez de contar uma outra história da Idade Média ou mesmo da Espanha Medieval, costurei uma série de painéis em miniatura que variam muito em tempo e espaço e que focalizam os eventos culturais em preferência aos políticos. Espero que eles sejam capazes de deixar bem visível a enorme distância entre o que as histórias convencionais e outras formas de preconceito nos fazem crer (como, por exemplo, a ideia de que os cristãos viam os muçulmanos como infiéis e inimigos mortais a quem passaram sete séculos tentando expulsar da Espanha)". Op. Cit. p. 27.

Neste espaço de miscigenação cultural e política, houve também uma mistura sanguínea entre cristãos e mouros,<sup>23</sup> consolidando diversas uniões, que deram origem a importantes linhagens nobiliárias ibéricas, como as que descendem, por exemplo, os “fidalgos de Castela”, oriundos da união entre Ramiro e Artiga, mistificada na “Lenda de Gaia”.

De acordo com o Livro de Linhagens do Conde dom Pedro, o rei Ramiro II de Leão descendia do rei Dom Afonso, o Católico, que “cobrou a terra a Mouros, depois que foi perdida por rei Rodrigo”.<sup>24</sup> Esta informação relevante liga-se ao contexto tanto da dominação moura no território ibérico quanto de sua reconquista pelos católicos, que perdura por longos sete séculos.

Conta-se que o rei Ramiro II e o rei Alboazer Alboçadam disputaram batalhas na terra dos Gaia, em que o rei mouro era senhor. Após essas batalhas entre cristãos e muçulmanos, o rei Ramiro, ao conhecer a moura Artiga e por ela se apaixonar, fez grandes amizades com o rei Alboazer, para conquistar-lhe a irmã. Todavia, como o rei Ramiro era casado com a rainha dona Aldora (em alguns trechos denominada “Ancora”), possuindo, com ela, descendência, o rei mouro não lhe entrega a irmã Artiga e não consente na união. Tal negativa leva dom Ramiro a ficar “louco üus doze dias”, chegando, por fim, a matar o mouro e, mais à frente, a sua esposa Aldora, para desposar Artiga, que é batizada e passa a viver como cristã:

*E el levou a moura a Minhor, depois a Leom, e bautizou-a e pos-lhe nome Artiga, que queria tanto dizer naquel tempo, como castigado e ensinada e comprida de todolos b̃ees.*

*Alboazar Alboçadam teve-se por mal viltado desto e pensou em como poderia vingar tal desonra. E ouvio falar em como a rainha dona Aldora, molher de rei Ramiro estava em Minhor e entrou a vila, e filhou a rainha dona Aldora, e meteo-a nas nãos com donas e donzelas que i achou e d’outra companha muita, e veo-se ao cas//telo de Gaia, que era naquele tempo de grandes edifícios e de nobres paaços.<sup>25</sup>*

*A el rei Ramiro contarom este feito, e foi em tamanha tristeza, que foi louco üus doze dias. E como cobrou seu entendimento, mandou por seu*

---

<sup>23</sup> A palavra “mouro” era um termo pejorativo que os cristãos usavam para se referir aos muçulmanos, que significava “pele escura”.

<sup>24</sup> MATTOSO, José (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980. p. 204.

<sup>25</sup> Ibidem. p. 206.

*filho, o ifante dom Hordonho, e por algüus de seus vassallos que entendeu que eram para gram feito, e meteo-se com eles em cinco gales, ca nom pode mais haver.*<sup>26</sup>

Casando Ramiro, cristão, e Artiga, muçulmana, dão origem a importantes linhagens, como os Maia e os Castela, sobretudo pela linha do filho do casal, Alboazer Ramirez:

*Rei Ramiro foi-se a Leon e fez sas cortes mui ricas, e falou com os seus de sa terra, e mostrou-lhes as maldades da rainha Alda sa molher, e que ele havia por bem de casar com dona Artiga, que era d'alto linhagem. E eles todos üa voz a louvarom e o houverom por bem, porque dissera por ela o grande estrologo Aman que ela era pedra preciosa antre as molheres que naquele tempo havia. E ainda disse mais que tanto havia de seer boa cristã, que Deus por sua honra lhe daria geeraçom de homẽes boos e de grandes feitos e aventurados em bem. E bem parece que Aman disse verdade, ca ela foi de boa vida, e fez o moesteiro de Sam Juliam e outros hospitais muitos, e os que dela decenderom forom muito compridos do que o grande astrolego disse, que foi Aman. Este Aman, por sa arte dezia mui compridamente as cousas que haviam de viir.*

*Este rei houve üu filho em dona Artiga, que chamarom ifante dom Alboazer Ramirez. Este chamarom por sobrenome Cide Aboazar, porque naquel tempo fez muitas lides com Mouros, e tirou-os de Sam Romão e de Castro d'Aveoso e de Castro de Gondomar e de Todea e de todo Antre Doiro e Minho e d'Aalem dos Montes, contra Braganca, e passou-os aalem Doiro e Lamego, a Sam Matinho de Mouros, e foi-os tirar de contra Coimbra. E fez outra filha que chamarom dona Artiga Ramirez.*

*Este Boazer Ramirez casou-se com dona Elena Godiiz, filha de dom Godinho das Esturas. Ela, com seu marido, fundarom o moesteiro de Riba d'Ave, e guadavom-no nas fazendas dom Guter Teles e dom Savarigo // Erit e dom Tra(i)tosende Torquides. Estes eram seus vassallos, e senhores de boos cavaleiros. Este Alboazer Ramirez dez üu filho em esta sa molher que chamarom*

*Trastam(e)iro Aboazer.*

*Este Trastam(e)iro Aboazer foi casado com dona Eomeldoia Gonçalvez, irmãos do conde dom Fernam Gonçalvez, filhos do conde dom Gonçalo Nuniz, que foi filho de dom Nuno Roseira, assi como se mostra no título III, dos juízes que fezerom parrafo 1º, e fez em ela Dom Gonçalo Tratamirez da Maia [...]»<sup>27</sup>*

A “Lenda de Gaia”, entretanto, não se restringe às linhagens decorrentes da união entre Ramiro e Artiga. Muito além dos valores nobiliários desse enlace cultural e sanguíneo, encontram-se, na narrativa descrita por Dom Pedro de Barcelos, notáveis referências às virtudes e às tradições de uma das mais

---

<sup>26</sup> Ibidem. p. 205.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 211-2.

relevantes personagens da realidade e do imaginário da *Media Tempestas*: o cavaleiro medieval.

### **O senhor de Gaia e as virtudes da cavalaria medieval: a ética do rei muçulmano Alboçadam Alboazer em face do rei cristão Ramiro II**

O cavaleiro é uma figura bastante presente nas narrativas literárias dos livros de linhagem portugueses, já que se destaca por valores típicos das nobrezas, que apresentam, como marca de identidade, um vínculo com os denominados ideais da cavalaria.<sup>28</sup> Por este motivo, Adriana Mocelim de Souza Lima conclui:

*O Livro de Linhagens* escrito pelo Conde Pedro Afonso apresenta exemplos de tradições familiares, destaca a importância da linhagem, do sangue, na constituição da nobreza, fornece uma galeria de tipos exemplares, modelos de virtude. A obra constitui-se como uma forma de transmissão ideológica, que ao mesmo tempo reforça a legitimidade de sangue da nobreza, que cerca o rei, e fornece a ela um modelo de estruturação interna, a partir da caracterização do bom e do mau rei, além da caracterização do nobre ideal.

Ao longo do *Livro de Linhagens* são encontradas referências ao código ético da Cavalaria medieval, na definição dos personagens e na recriação do ambiente em que se movimentam, apresentando assim um modelo de agir. Ocorre uma identificação entre nobreza e Cavalaria, expressando um modelo ideal de vida para a aristocracia do século XIV.<sup>29</sup>

Assim, além da nobreza cristã, tem-se, a partir da leitura da “Lenda de Gaia”, que valores da cavalaria são identificados também em personagens da nobreza islâmica, pelo destaque dado à honra do rei mouro Alboazer Alboçadam, sendo ela uma das mais notáveis virtudes do cavaleiro medieval, mesmo que à luz do

---

<sup>28</sup> Importante esclarecer, entretanto, que os dois termos “nobreza” e “cavalaria” não são sinônimos, tendo, inclusive, existido cavaleiros que não eram nobres, mas, sim, “servos que foram feitos cavaleiros por seus mestres”, mesmo que temporária e de forma condicional, como explica Jean Flori: “Ela depende, de fato, de sua profissão militar e terá fim se eles não estiverem mais em condições de exercê-la ou se seus descendentes não forem investidos antes dos 25 ou 30 anos”. FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 121. O mesmo medievalista francês, sobre a relação entre nobreza e cavalaria, conclui: “Assim, ao longo de toda a Idade Média, nobreza e cavalaria entrelaçam seu destino. Jamais, entretanto, os dois termos foram sinônimos, nem seus conceitos equivalentes. A cavalaria viu pouco a pouco seu brilho aumentar, atraindo a nobreza que a dirige desde sempre, reivindicando sua filiação, seu controle, depois, em grande medida, sua exclusividade”. Op. Cit., p. 123.

<sup>29</sup> LIMA, Adriana Mocelim de Souza Lima. A construção de um modelo ideal de monarca no livro de linhagens do Conde Pedro de Barcelos. **Medievalista online**, n. 9. Jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA9/lima9009.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

imaginário e do mito.<sup>30</sup> Pode-se dizer, inclusive, que Alboazer é visto como um cavaleiro mais virtuoso que o seu inimigo cristão, Ramiro II, já que este, para ficar com Artiga, não só mata o rei mouro, como a própria esposa, Ancora, que estava em poder de Alboçadam:

*E rei Ramiro tangeo seu corno a todo seu poder para o ouvirem os seus. E o ifante dom Ordonho, seu filho, quando ouvio o corno, acorreo-lhe com seus vassalos, e meterom-se pela porta do curral. E rei Ramiro deceo-se do padram donde estava, e veo contra o ifante e disse-lhe: “Meu filho, vossa madre nom moira, nem as donas e donzelas que com ela veerom, e guardade-a de cajom, ca outra morte merece.” Ali, tirou a espada da bainha e deu com ela a Alboazer Alboçadam per cima da cabeça, que o fendeo ataa os peitos. Ali, morrerom quatro filhos e tres filhas d’Alboazer Alboçadam, e todos os mouros e mouras que estavam no curral, e nom ficou em essa vila de Gaia pedra com pedra, que todo nom fosse em terra. E filhou rei Ramiro sa molher com sas donas e donzelas e quanto haver achou, e mete-o nas galees.<sup>31</sup>*

*Ali, forom dizer a el rei que a rainha siia chorando. E el rei disse: ‘Vaamola veera’. Foi la e preguntou-lhe porque chorava, e ela respondeo: ‘Porque mataste aquele mouro, que era melhor que ti’. E o ifante disse contra seu padre: ‘Esto é demo. Que querees dele, que pode seer que vos fugira?’ E el rei mandou-a entom amarrar a ùa moo // e lança-la no mar. E dos aquele tempo lhe chmarou Foz d’Ancora.<sup>32</sup>*

Portanto, Ramiro II, aos olhos da “Lenda de Gaia”, não foi um exemplo dos ideais que a cavalaria medieval defendia, mas, antes disto, foi cruel, lascivo e adúltero, chegando a matar a rainha para desposar Artiga. Ao contrário, o rei mouro Alboazer Alboçadam, apresenta virtudes valorizadas pelo “Código de Ética”<sup>33</sup> da cavalaria medieval, ao defender a honra da sua irmã Artiga, uma vez não cedê-la ao rei cristão nem pelas relações de poder e interesse que tal união poderia lhe gerar:

---

<sup>30</sup> Diz Jean Flori, que “a cavalaria, a nobre corporação de guerreiros de elite, a ponto de se transformar em corporação de nobres cavaleiros, com uma ética que lhe é própria e, antes de se tornar uma instituição moral, uma ideologia e até um mito”. FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 15.

<sup>31</sup> MATTOSO, José (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980. p. 210.

<sup>32</sup> *Ibidem*. p. 210.

<sup>33</sup> Conforme Flori, “a palavra ‘cavalaria’ tende então para um significado mais abstrato, englobando o conjunto dos cavaleiros considerado uma entidade que ultrapassa o limite estreito das fronteiras entre senhores ou reinos, um tipo de estatuto sócio-profissional de caráter internacional provido de uma dignidade e de uma ética reconhecida. Vemos despontar, então, o significado que, em seguida, se tornará o principal: o de uma ‘ordem de cavalaria’ na qual se é admitido por meio da investidura, cerimônia de iniciação característica pela qual um homem é ‘feito cavaleiro’.” FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 23.

*Este Alboazare Alboçadam era senhor de toda a terra des Gaia ataa Santarem, e houve muitas batalhas com cristãos, e estremadamente com este rei Ramiro. E rei Ramiro fez com ele grandes amizades, por cobrar aquela moura//que ele muito amava. E fez enfinta que o amava muito, e mandeou-lhe dizer que o queria ver por se haver de conhecer com ele, por as amizades serem mais firmes. E Alboazer Alboçadam mandou-lhe dizer que lhe prazia delo e que fosse a Gaia e que i se veria com el.*

*E rei Ramiro foi-se la em tres galees com fidalgos, e pedio-lhe aquela moura, que lha desse, e fa-la-ia cristãa e casaria com ela. E Alboazer Alboçadam lhe respondeo: “Tu t̃ees molher, e filhos dela, e es cristão. Como podes tu casar duas vezes?” E el lhe disse que verdade era, mais que ele era tanto seu parente, da rainha dona Aldora, sa molher, que a Santa Egreja os parteria. E Alboazer Alboçadam jurou-lhe por sa lei de Mafomede que lha nom daria por todo o reino que ele havia, ca a tinha esposada com el rei de Marrocos.<sup>34</sup>*

O valor da ética<sup>35</sup> é identificado como a marca do cavaleiro, como uma espécie de pré-requisito para se revestir de uma certa aura mitológica da cavalaria. Portanto, aos olhos daquele que se reveste dessa virtude, como Alboazer Alboçadam, mesmo sendo muçulmano e, portanto, adepto da poligamia, não seria ético um homem cristão, vinculado ao casamento monogâmico, querer ter outra mulher senão a sua própria esposa. Assim, o rei mouro exige do rei cristão que honrasse a sua religião e, sobretudo, a sua família: “*Tu t̃ees molher e filhos dela, e es cristão. Como podes casar duas vezes?*”.

Como se não bastasse, Alboazer Alboçadam demonstra ser ainda mais virtuoso ao ultrapassar as vantagens políticos e econômicas que uma união entre Ramiro e Artiga, sua irmã, poderia trazê-lo e valoriza a rainha Aldora muito mais que o próprio esposo desta, que, ao contrário, chega a matá-la para desposar outra. Na visão dos ideais da cavalaria, assim, Ramiro II não seria digno de “sagrar-se cavaleiro”, mesmo sendo cristão e ocidental, ao passo que Alboazer, apesar de muçulmano e oriental, enquadraria-se como aquele que possui as virtudes exigidas para tal, como conclui Maria do Rosário Ferreira:

Abre-se assim espaço para uma caracterização valorizante do rei mouro, que, em contraste, surge como um modelo de qualidade, justo e magnânimo. Além disso, este relato genealógico é inteiramente coerente, e apresenta, por isso, uma superior eficácia narrativa. Com

---

<sup>34</sup> MATTOSO, José. Op. Cit., p. 204-5.

<sup>35</sup> Mas, além da ética, outros valores poderiam ser apontados aos cavaleiros cristãos, tais como, a fé, a esperança, a caridade, a temperança, a prudência, a justiça, a fortaleza.

efeito, não só nobilita a moura destinada a ser a matriarca da linhagem da Maia, como resolve satisfatoriamente o dilema da duplicação de funções das personagens mouras femininas [...], por um lado, a mulher não guardada que serve o rei cristão em posição desfavorável em terra de mouros e, por outro, a mulher de alta estirpe e impoluta reputação que irá gerar o filho deste.<sup>36</sup>

É de se destacar, ainda, que a “Lenda de Gaia” permite a compreensão de que o mito do verdadeiro cavaleiro não se constrói apenas com a simbologia de uma espada e um cavalo, mas muito mais pelas virtudes éticas que compõem o caráter daquele que carrega esses símbolos. Interessante, por exemplo, como a literatura, especialmente a romântica, enalteceu a Idade Média como o período dos cavaleiros, repletos de ética e coragem. Portanto, a figura do cavaleiro foi tão relevante para o período medieval que permitiu uma certa nostalgia romântica e, de certo modo, inocente em relação ao imaginário de um tempo em que os homens eram éticos e virtuosos, que defendiam seus valores, sua família, sua fé e sua honra pela ponta de uma espada. Entre o real e o imaginário, esse homem se revestia de uma aura de honradez capaz de vencer o opressor, como enaltece Sir Walter Scott na sua bela obra “Ivanhoé”, “é a Cavalaria que alimenta os afetos mais nobres, que repara as injustiças, que fica do lado dos oprimidos, que se sobrepõe ao poder do tirano!”<sup>37</sup>

Assim, nesse entrelace entre realidade e mito, as sagas, descritas nas narrativas literárias dos livros de linhagem portugueses, permitem diversas interpretações para se alcançar o período em que a Península Ibérica esteve em intensa convivência entre muçulmanos e cristãos, em que os diferentes reinos, ora guerreavam, ora estabeleciam relações políticas e sociais, tendo, à frente, seus nobres senhores, uns virtuosos, outros nem tanto...

A partilha sanguínea entre muçulmanos e cristãos, mesmo que travadas intensas batalhas até a reconquista total em Granada, acaba por forjar muitas

---

<sup>36</sup> FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. *In: Cadernos de Literatura Medieval – CLP*. O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán. Coimbra, 2010, p. 87. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=KPogUoxy5b0C&pg=PT90&lpg=PT90&dq=REI+RAMIRO+E+MOURA+ARTIGA&source=bl&ots=GgaP9SqeYW&sig=KNFuVOG\\_3CVyraZS25FQAoRtYnk&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj2xr7Dg\\_SAhWFhZAKHf\\_RBaIQ6AEINjAF#v=onepage&q=REI%20RAMIRO%20E%20MOURA%20ARTIGA&f=false](https://books.google.com.br/books?id=KPogUoxy5b0C&pg=PT90&lpg=PT90&dq=REI+RAMIRO+E+MOURA+ARTIGA&source=bl&ots=GgaP9SqeYW&sig=KNFuVOG_3CVyraZS25FQAoRtYnk&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj2xr7Dg_SAhWFhZAKHf_RBaIQ6AEINjAF#v=onepage&q=REI%20RAMIRO%20E%20MOURA%20ARTIGA&f=false)>. Acesso em: 24 jun. 2017.

<sup>37</sup> SCOTT, Walter. *Ivanhoé*. São Paulo: Abril, 2012. p. 145.

linhagens da nobreza de Portugal e Espanha, e, portanto, condicionar a criação de uma identidade *nobilis* muito especial. Mesmo porque, do sangue de Artiga, a moura, espera-se que ao menos alguns de seus descendentes tenham herdado as virtudes de Alboazer Alboçadam, o nobre rei e cavaleiro muçulmano.

### **Considerações finais**

A partir da interpretação das breves narrativas literárias, contidas nos Livros de Linhagem da nobreza portuguesa, é possível, além do acesso as inúmeras famílias de nobres ibéricos e sua genealogia, encontrar elementos que identificam os valores nobiliários, que permearam o período medieval e tornaram-se peça fundamental para compreender diversas características dessa ordem social.

As relações de fidelidade, a valorização dos ideais da cavalaria, a importância da Igreja, o direito consuetudinário, até mesmo a conquista do amor das damas fazem parte tanto do real quanto do imaginário medieval, que pode ser extraído da leitura das narrativas, que compõem os livros de linhagem.

Assim, na leitura da denominada “Lenda de Gaia”, contada no título XXI do Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro, encontram-se os laços que uniram dois sangues, o de um cristão, representado pelo rei Ramiro II de Leão, e o muçulmano, representado pela moura Artiga. Dessa união, importantes linhagens ibéricas foram forjadas, demonstrando que o período de dominação moura na região gerou bem mais que uma convivência política e cultural. Foi mesmo indispensável para a formação de uma identidade própria, que deixa profundas marcas na nobreza até a reconquista total da região, pelos cristãos, em Granada.

Para além disso, a interpretação da “Lenda de Gaia” permite compreender que a figura do cavaleiro foi uma das mais relevantes do período medieval e que não há uma necessária vinculação dos ideais da cavalaria somente ao nobre cristão. Há, ao contrário, uma ligação desses ideais à nobreza, seja ela de onde for e a que religião se vincula, inclusive a que professa a fé muçulmana, representada, na narrativa, pelo rei mouro Alboçadam Alboazer, o “senhor de Gaia”. Em oposição ao rei cristão Ramiro II de Leão, é o “senhor de Gaia” quem detém as reais virtudes da cavalaria, como a ética, o respeito à família, a coragem, a coerência entre os costumes e dogmas religiosos e a conduta social.



Daí se confirma que os livros de linhagem, bem mais que registros nobiliários, constituem uma fonte inesgotável dos vestígios medievais na Península Ibérica, que contribui, sobremaneira, para o seu legado e a sua memória.

## Referências

BARROS, José D'Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, n. 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

\_\_\_\_\_. O historiador hoje. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986.

FERREIRA, Diogo.; DIAS, Paulo. **História de Portugal**. Lisboa: Verso de capa, 2016.

FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. **Cadernos de Literatura Medieval – CLP**. O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán. Coimbra, 2010. p. 87. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=KPogUoxy5b0C&pg=PT90&lpg=PT90&dq=REI+RAMIRO+E+MOURA+ARTIGA&source=bl&ots=GgaP9SqeYW&sig=KNFuVOG\\_3CVyraZS25FQAoRtYNk&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj2xr7Dg\\_SAhWFhZAKHf\\_RBaIQ6AEINjAF#v=onepage&q=REI%20RAMIRO%20E%20MOURA%20ARTIGA&f=false](https://books.google.com.br/books?id=KPogUoxy5b0C&pg=PT90&lpg=PT90&dq=REI+RAMIRO+E+MOURA+ARTIGA&source=bl&ots=GgaP9SqeYW&sig=KNFuVOG_3CVyraZS25FQAoRtYNk&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj2xr7Dg_SAhWFhZAKHf_RBaIQ6AEINjAF#v=onepage&q=REI%20RAMIRO%20E%20MOURA%20ARTIGA&f=false)>. Acesso em: 24 jun. 2017.

FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIMA, Adriana Mocelim de Souza Lima. A construção de um modelo ideal de monarca no livro de linhagens do Conde Pedro de Barcelos. **Medievalista online**, n. 9, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA9/lima9009.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MATTOSO, José. A escrita da história. **Obras completas**. v. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 11-22.

\_\_\_\_\_. As três faces de Afonso Henriques. **Publicações Penélope**. Fazer e desfazer a história. n. 8. Lisboa: Cosmos, 1992.

\_\_\_ (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980.

MENOCAL, María Rosa. **O ornamento do mundo**. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PIEL, Joseph; MATTOSO, José (Ed.). **Livros velhos de linhagem**. Lisboa: 1980.

SCOTT, Walter. **Ivanhoé**. São Paulo: Abril, 2012.

Recebido: 05/10/2017  
Aprovado: 30/11/2017